



Ata nº2/2021

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, na sala de reuniões da sede da junta de freguesia de Vila Flor, pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, teve lugar a sessão ordinária com os seguintes membros: Carina Ferreira, Marisa Esteves, Patricia Felix, Francisco Fernandes, Pedro Borges em substituição de Fátima Mesquita, Tiago Moraes, Emilio Almendra, Maria da Conceição Lopes e Sónia Queijo.

A sessão teve a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Apreciação da atividade da junta de freguesia.

Ponto dois – Discussão e aprovação do orçamento e discussão e aprovação do plano orçamental plurianual para dois mil e vinte e dois.

Ponto três - Outros assuntos de interesse para a freguesia.

A Presidente da Assembleia deu início à sessão iniciando o primeiro ponto da ordem do dia, referindo que todos deveriam ter recebido os relatórios atempadamente, questionando os presentes, se havia alguma dúvida ou alguma questão a colocar.

Inscreeveu-se nesta rubrica o membro da assembleia Tiago Moraes.

O membro da mesa tomou a palavra referindo que estava em falta o ponto antes da ordem do dia, pelo que a ordem de trabalhos estaria incompleta. A presidente da mesa agradeceu a retificação, referindo que após ter consultado o regimento da Assembleia tinha dado conta do lapso e que na próxima reunião já seria corrigido, tendo entregue em mão um regimento da assembleia de freguesia ao membro Tiago Moraes, tal como este tinha solicitado na reunião de tomada de posse.



Passando então ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, inscreveu-se nesta rubrica Emílio Almendra.

O membro da Assembleia Emílio Almendra solicitou que o Presidente da junta facultasse as atas das reuniões do executivo da junta, o quadro do pessoal (vinculo e respetivas funções), questionou o presidente se a reunião de instalação também seria paga e solicitou a primeira ata da instalação.

O Presidente da União de Freguesias, Justino Santos, após cumprimentar todos os presentes questionou desde que data queriam as atas, sendo que responderam que só a partir deste mandato, em relação ao acesso às atas foi referido que a Junta teve a necessidade de adquirir um novo programa de contabilidade e que este trazia incluído um site que permitia divulgação e publicação das atas. Em relação ao quadro do pessoal este é composto por três trabalhadores através dos programas CEI + do IEFP e um funcionário a recibos verdes (Pedro Palmeirão). Relativamente à questão do pagamento da reunião de instalação o presidente respondeu não saber se seria paga mas que iria verificar e analisar a situação.

Ponto dois: Discussão e aprovação do orçamento e discussão e aprovação do plano orçamental plurianual para dois mil e vinte e dois. A presidente da Assembleia de Freguesia questionou os presentes sobre quem se queria inscrever nesta rubrica, sendo que apenas se inscreveu o membro Tiago Morais.

O membro solicitou que à semelhança do que acontece na Assembleia Municipal fosse também prestada informação financeira, algo que está na lei e no regimento, referindo também que este regimento estava em vigor no mandato dois mil e dezassete/dois mil



e vinte e um pelo que deveria ser revisto e aprovado novo regimento para dois mil vinte e um/dois mil e vinte e cinco.

Solicitou ainda que os elementos da oposição fossem convidados por mensagem, carta ou e-mail a estarem presentes nos próximos eventos que a junta realizasse; Pediu informações sobre a empresa que fez a iluminação de Natal nas aldeias do Arco e do Nabo e do valor gasto nessa iluminação; Questionou o funcionamento do multibanco na aldeia do Nabo e que conta estaria associada ao terminal, bem como a gestão dos pagamentos; Relativamente ao programa informático pede que seja esclarecido sobre o valor e o regime de acompanhamento.

Em resposta ao membro Tiago Morais, o presidente começou por referir que a informação financeira está presente no relatório mas que por vezes é justado o trabalho e o trabalho é mandado realizar mas que a fatura e o valor a pagar só se sabe mais tarde e por isso não estar presente toda a informação no relatório.

Emílio Almendra pediu permissão e explicou que pretendiam era o valor de receitas e despesas referentes ao período entre reuniões.

O presidente informou que no banco havia cerca de doze mil euros e que ainda havia um défice na junta entre doze a quinze mil euros referente ao processo que decorre em tribunal e que a junta o pode vir a reaver.

Relativamente a serem convidados este informou que os convívios são divulgados e abertos a toda a população, mas que se eles pretendiam ser convidados particularmente que não haveria problema e que seriam convidados em ocasiões futuras. Acerca da iluminação o valor gasto foi de mil euros mais iva e que a empresa era de Lamego; Em relação ao multibanco da aldeia do Nabo, este



foi fornecido pela CGD e que não há nenhuma conta associada mas que apenas funciona como um terminal multibanco em que as pessoas usam cada uma o seu cartão e quando não têm é ele mesmo que usa o próprio cartão e faz o pagamento.

Em relação ao programa informático o valor é de setenta e nove euros por mês, a partir de Janeiro e a assessoria um valor de cento e dez euros por mês mais iva e o serviço é prestado pela Dr.^a Sandra da Carrazeda que se desloca à junta duas vezes por semana.

Neste ponto o membro Emílio Almendra pediu o esclarecimento de uma rubrica do CNCAP, do porquê do valor dos pagamentos ao pessoal dos programas do IEPF estar incluído nas transferências de subsídios Correntes e não na rubrica do pessoal.

O membro Tiago Morais pediu esclarecimentos sobre a locação e a diferença na promoção de eventos nos valores de dois mil e doze mil euros; Referiu haver um erro na ordem de trabalhos que está em falta a discussão e aprovação do orçamento e a discussão e aprovação do plano plurianual, não podendo estar apenas a aprovação do orçamento, sendo que assim não seria possível continuar a reunião e teria de haver nova sessão.

Sobre o pedido de esclarecimentos a presidente da mesa aceitou que a ordem de trabalho não estava completa e que no ponto dois deveria estar discussão e aprovação do orçamento para dois mil e vinte e dois e do plano orçamental e plurianual, o membro Emílio Almendra deu como solução acrescentar esse ponto na convocatória e assim não haveria necessidade de haver nova reunião. A presidente da mesa aceitou tendo proposto essa alteração que posta a votação foi aprovada com nove votos a favor.



Após o presidente da junta ter respondido a todas as solicitações, tomou a palavra a presidente da Assembleia de Freguesia Carina Roças e respondeu à questão do regimento que, no ponto de vista dela estaria atual e que pedia que os restantes membros o vissem e caso achassem bem poderiam numa próxima reunião aprovar ou alterar.

Posto isto e nada mais havendo a tratar sobre este ponto passou-se ao ponto três.

Ponto três – Outros Assuntos de interesse para a freguesia

Neste ponto foi aberto pela presidente da mesa um período de esclarecimentos de algumas dúvidas.

Voltando ao ponto três que estava a ser discutido, o presidente da junta referiu que tinha sido aconselhado pela assessora a colocar nesse ponto as despesas do programa de famílias e por isso tinham sido colocados nesse ponto, porque tirando o funcionário a recibos verdes nada iria para essa rubrica.

O membro Emílio Almendra refere que embora seja um contrato CEI + é um contrato e não um subsídio de apoio à família e não terá lógica esse enquadramento mas o presidente da junta refere ter sido aconselhado pela assessora.

Emílio Almendra diz que a diferença de enquadramento é muito grande e que essa questão deveria ser levantada podendo causar problemas de elegibilidade da despesa.

O presidente da junta justifica a diferença de dois mil euros no orçamento para alguma atividade ou evento que se possa vir a realizar e os doze mil euros são de viagens anuais que não têm sido realizadas dada a situação pandémica.



Sobre a locação de material e software esclarece que o material em questão é a impressora (mil e duzentos euros por ano) e o software (mil euros por ano) que está com o nome errado e deveria ser CNCAP.

A presidente da mesa referiu a importância das questões colocadas que teriam sido produtivas e passou à votação do orçamento que obteve:

- votos contra: quatro;
- votos a favor: cinco;
- abstenção: zero.

O membro da assembleia Emílio Almendra entregou à mesa uma declaração de voto, que vai anexada a esta ata e que aqui é transcrita:

“Votamos contra por considerar este orçamento pouco ambicioso.

Um orçamento em que 95% das despesas dizem respeito a despesas correntes é, como o próprio nome indica, um orçamento para a gestão do dia-a-dia, que não prevê investimento e que não planeia o futuro da freguesia.

Estamos em pleno encerramento do Portugal 2020. Projeta-se o novo Quadro Comunitário de Financiamento que estará em vigor durante a próxima década e nada disso é acautelado nem neste orçamento nem na previsão plurianual.

Estamos, ao que tudo indica, a entrar numa nova vaga da crise pandémica e não está previsto neste orçamento qualquer apoio nem às famílias, nem à juventude, nem à dinamização da economia da freguesia.

Consideramos pois, que este orçamento não acautela o futuro da freguesia e dos seus fregueses.”



Passando então ao **último ponto** e nada mais havendo a acrescentar passou-se à assinatura do plano orçamental.

Nada mais havendo a tratar, a presidente da mesa, Carina Ferreira, deu por encerrada a sessão da qual foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela presidente da mesa e pelas secretárias da assembleia de freguesia.

A presidente: Carina Diniz Rogas Ferreira
1ª secretária: Florencia Alexandra do Veiga Duarte Barbosa Tavares Esteves
2ª secretária: Antónia Sofia Moreira Félix

